A CONSTRUÇÃO DE REDES SOCIAIS DE MANGUINHOS FRENTE AO DESAFIO DA DESTERRITORIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

DIAS, Alexandre Pessoa – Bio-Manguinhos/Fiocruz – <apessoa@bio.fiocruz.br>
MADUREIRA, José Leonídio – ENSP/Fiocruz – <leonidio@ensp.fiocruz.br>
SILVA, Mayalu Matos – ENSP/Fiocruz – <mayalu@ensp.fiocruz.br>
SOARES, Fernando Luis Monteiro – RedeCCAP – <labdh@redeccap.org.br>
OLIVEIRA, Michelle – ETM/Fiocruz – <chellepedagogia@yahoo.com.br>
EVANGELISTA, Patrícia – ARVM – <paty_criola@yahoo.com.br>
EICH, Milena C.– Colégio Est. Dr. Artur Vargas <milenacampos@uol.com.br>

RESUMO
Este trabalho apresenta o processo dialético de formação/afirmação dos atores sócio-comunitários das favelas de Manguinhos, através da construção e lutas do Fórum Social de Manguinhos, como protagonistas das políticas públicas voltadas para a garantia de direitos. Em seu percurso, destaca o conflito entre os paradigmas políticos tradicionais e a instituição de formas inovadoras de participação social, e seu papel formativo, na tensão entre a radicalização do projeto democrático-popular e os limites deste modelo nos marcos do capitalismo, no contexto de afirmação do Estatuto das Cidades (2001) de territorialização do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo federal com empresas, estados e municípios. Trata, enfim, das possibilidades de construção de um outro modelo de desenvolvimento, na perspectiva da territorialização/universalização dos direitos fundamentais, mas também para constituição de sistemas sociais autopoiéticos à margem dos sistemas políticos tradicionais.
PALAVRAS-CHAVES: Redes Sociais, Desenvolvimento Local, Estratégias Intersetoriais, Capital Social, Direitos Humanos.

ABSTRACT
This work presents the dialectical process of formation/affirmation of the socio-community´s actors of slums of Manguinhos, through the action of Forum of the social movement of Manguinhos, as protagonists of public policies to guarantee of rights. In its path, highlights the conflict between traditional political paradigms and the institution for innovative forms of social participation, and its formative role, in the tension between the radicalisation of the popular-democratic project and the limits of this model in milestones of capitalism, in the context of reform of the local space by the Plan of Accelerating Growth (PAC), of federal government with businesses, states and municipalities. The article points to the construction of another model of development, in view of the fight for localization/ universalization of fundamental rights, but also to form autopoiesys´s social systems outside the traditional political systems.
KEYWORDS: Social networks, local development, inter-sectorial strategies, social capital, human rights.

1. INTRODUÇÃO

Manguinhos cresceu nos interstícios do maior eixo rodoviário metropolitano do Estado do Rio de Janeiro, em sua capital, próximo à zona portuária. Nasce no início do século XX, às margens do ramal ferroviário da Leopoldina. Região de planície

alagadiça, é atravessado pelos rios Faria-Timbó e Jacaré, que deságuam no Canal do Cunha o qual, por sua vez, desemboca na Baía de Guanabara. Esta sub-bacia é a mais poluída de todas as contribuintes da Baía de Guanabara.

Os sucessivos aterros da região insular para a formação da Cidade Universitária da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a partir da década de 20[1], agravaram a situação das enchentes, que compõem a memória/imaginário de Manguinhos. O desmatamento das nascentes destes rios, entre outros menores desta sub-bacia, na Serra da Misericórdia (última área verde desta região), também contribui com este quadro.

A própria formação do que também se chama Complexo de Manguinhos derivou da reunião de nove comunidades por uma luta comum contra as enchentes e pela infra-estrutura social e urbana. Manguinhos surgiu de um processo heterogêneo de ocupação precária deste território, induzido, muitas vezes, pelos poderes públicos, inclusive em áreas de risco, com o assentamento provisório, depois tornado permanente, de famílias removidas de áreas mais nobres da cidade.

No 'diagnóstico' sobre o bairro, elaborado pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro para a construção do Plano de Desenvolvimento Urbanístico (PDU) de Manguinhos [2] consta que, conforme o Censo 2000, considerando apenas a área habitada (subtraindo áreas industriais e de serviços), o bairro está na faixa das mais altas taxas de densidade mas também de crescimento populacional, 20%, entre os Censos 91/00 (IBGE), com população de 38.500 habitantes (Censo 2000).

A região norte do Rio de Janeiro concentra sete entre os dez últimos bairros da cidade pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH 1991-2000). Manguinhos está entre os cinco últimos, com IDH de 0,726. A região que compreende Manguinhos e o Complexo do Alemão é reconhecida, pelos meios de comunicação dominantes, como "Faixa-de-Gaza" (em alusão à violência do conflito judeu-palestino no Oriente Médio).

2. A FORMAÇÃO DO FÓRUM SOCIAL DE MANGUINHOS

O Fórum do Movimento Social para o Desenvolvimento Eqüitativo e Sustentável de Manguinhos (FMSDES) foi gerado em uma série de debates, seminários, assembléias, mobilizações e ações culturais do movimento Agenda Redutora das

---

Britto, Ana Lucia. Implantação de Infra-estrutura de Saneamento na Região Metropolitana do Rio de Janeiro – Uma Avaliação das Ações do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. ANPUR, maio de 2003. Vol. 5, nº 1.

[2] Este serviu de base para a construção do Projeto Básico e do Edital de Licitação do Governo do Estado para as obras de PAC-Manguinhos.

Violências no Local (ARV) que reuniu, contra um contexto de fragmentação induzida do tecido social, diversos atores sociais (moradores de Manguinhos, associações de moradores, de mulheres, organizações educativas, culturais, de juventude, cooperativas de trabalho, de artesanato, sindicatos como dos servidores da Fiocruz, entre outros), em reuniões semanais.

Tais reuniões contavam com não menos de 50 atores coletivos participantes por encontro, envolvidos com a análise deste estado/território de exceção e de violência estrutural/institucionalizada, em prol da formulação de estratégias de enfrentamento desta e com a práxis da construção do "Caminho da Paz com Garantia de Direitos", que consistia em transformar a "Faixa-de-Gaza" em uma área de lazer, com atividades culturais e de pertencimento. Com o protagonismo da sociedade civil local, foi possível a articulação intersetorial com órgãos públicos e instituições privadas, que contribuíram para a organização do evento. "O Caminho da Paz" reuniu cerca de cinco mil pessoas em cada uma de suas três edições.

Essa articulação intersetorial também deu ensejo estratégico à construção de um Conselho de Desenvolvimento Regional Sustentável. No entanto, a proposta ficou paralisada diante de dois obstáculos: a dificuldade dos agentes públicos e privados em assumir um posicionamento frente à questão da violência institucionalizada (em específico, frente à violência policial) e a forma de organização do tecido social local, na ARV, que não correspondia às especificidades exigidas pela ampliação da área de interlocução com os agentes sociais públicos e privados, pois o exercício da cidadania coletiva estava restrito pelo déficit de investimentos sociais para ações estruturantes de formação de capital sócio-organizativo.

Em 2006, o movimento Agenda Redutora das Violências em Manguinhos (ARVM) já havia definido sua estratégia de luta, que: 1. assumia o espírito do movimento de preservação da vida e garantia de direitos, que antecedeu à ARV no local, com foco no direito à vida; 2. identificava a necessidade da promoção dos direitos sociais como determinante *sine-qua-non* da redução das violências e da promoção da saúde.

Neste mesmo ano, o Fórum de Ação Contra a Violência dos servidores da Fiocruz, diante das pressões sociais (amplificadas pelos *mass media*) pelo acirramento da 'guerra contra a criminalidade', reelegeu o saneamento básico como bandeira de luta prioritária, como forma de enfrentar, de forma contra-hegemônica, o senso comum fabricado sobre a questão das violências.

O Fórum de Ação Contra a Violência e a ARVM promoveram dois seminários sobre Diagnóstico Socioambiental e Protagonismo Juvenil em Direitos Humanos, com participação de representantes de governos, instituições e comunidade. Após a construção crítico-participativa do diagnóstico e a constatação da emergência da questão sanitária/ambiental, o representante do Ministério das Cidades, Cezar Scherer, afirmou que iria pleitear a inclusão de Manguinhos entre as prioridades do Programa de Saneamento Integrado da pasta. Nos primeiros meses de 2007, o anúncio viria: Manguinhos fora incluído no PAC[3].

O anúncio do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal (Brasil, 2007a) viria expor as contradições do movimento social em Manguinhos, até então restritas aos bastidores das relações e agenciamentos político-econômicos sobre o local, que haviam ficado submersos por uma compreensão comum, étnico-comunitária e prioritária de resistência frente à violência institucionalizada. O anúncio do PAC traria a re-emersão de uma perspectiva fragmentária do tecido social que vem sendo enfrentada com a construção do Fórum.

O PAC acelerou o processo de reorganização do movimento social em torno de um projeto coletivo, mas também aguçou as contradições internas, tornando visíveis os vetores que tendiam à manutenção do paradigma calcado no binômio domínio de territórios fragmentados/clientelismo político. Para enfrentar este cenário, o Fórum se constrói de forma pluralista e transterritorial – tomando as territorialidades em uma perspectiva histórico-emancipatória, como afirmação de uma identidade sócio-comunitária abrangente, que reconheça seus sentidos e seja capaz de resignificá-los no âmbito das possibilidades de formação contemporâneas.

Nasceu então, em março de 2007, o Fórum do Movimento Social de Manguinhos para o Desenvolvimento Eqüitativo e Sustentável (FMSDES), uma organização autônoma e horizontal da sociedade civil, sem formalidade jurídica, que tem como razão de ser a ativação da cidadania direta para a promoção, defesa e garantia dos direitos sociais. Contribui para a instituição e a qualificação participativa de políticas públicas e, neste processo dialético, vêm qualificando o próprio movimento social local, na tensão entre as ofertas do modelo político tradicional clientelista, ancorado pelo marco da "democracia estatística" como governo da maioria, e as

[3] É provável que múltiplos vetores sociais, políticos e econômicos tenham contribuído para a seleção de Manguinhos como beneficiário. Para esta análise e registro histórico, no entanto, cumpre reafirmar a importância estratégica e o protagonismo destes grupos sociais minorizados como sujeitos dos direitos inscritos no PAC e em processo de luta/gestão.

perspectivas instituintes de construção de um modelo de democracia e desenvolvimento social fundamentadas na perspectiva histórica emancipatória dos Direitos Humanos.

Um Ciclos de Debates consolidaram o processo de a criação do Fórum. Os debates: em torno da despoluição dos rios Faria-Timbó, Jacaré e da Baía de Guanabara, e sobre Habitação/Ambiente Saudável e Direitos Humanos, reuniram autoridades públicas, técnicos, acadêmicos e o movimento social local, em espaços de articulação e qualificação de políticas públicas, formação e tensionamento entre os diversos atores sociais, com mais de cem atores coletivos por ciclo.

Esses debates serviram para a reafirmação ampliada das bandeiras do movimento social, tendo como prioridade: Saneamento e Habitação Saudável para todos! Esta exigência se contrapõe ao agenciamento do PAC-Manguinhos, ao longo da cadeia de poder político (da União, com função de suporte financeiro, normativa e gerencial, para o Estado e Município, com funções de gestão/ responsabilidade executiva) e econômico (empresas executoras, setor de logística de transportes, etc), inclusive como 'projeto de segurança'[4], sob a ótica desterritorializada da anomização deste sócio-território, que acaba por negar focos de sociabilidade/autonomia e protagonismo político presentes no território, como 'projeto civilizatório' (nas palavras do governador Sérgio Cabral[5]). Frente a este processo de anomização, o desafio é a elevação do 'status' político dos atores sociais de Manguinhos, historicamente minorizados, como sujeitos de direitos. A questão é promover o protagonismo na construção de um outro modelo de desenvolvimento, equânime e sustentável, em um espaço urbano favelizado, densamente povoado e caracterizado por altas taxas de vulnerabilidade socioambiental, provenientes do modelo de desenvolvimento capitalista.

3. PAC: O DESAFIO PARA A MOBILIZAÇÃO SOCIAL DE MANGUINHOS

O PAC surge em atendimento a uma demanda de determinados setores da sociedade para que o Estado assuma o protagonismo e a sustentação de um processo de crescimento econômico, que, em linhas gerais, não foge ao marco da sociedade

[4] Como consta do Plano Plurianual 2008-2011 do Poder Executivo Estadual: No campo da segurança a tarefa será extinguir as áreas de atuação livre para a criminalidade e devolver aos cidadãos a tranqüilidade do convívio nos lares e nas ruas, e aos empresários a garantia da incolumidade de seus ativos e produtos. Para que sejam sustentáveis essas metas, é vital a realização dos projetos de urbanização das grandes comunidades informais via PAC, que têm destaque nesse PPA.

[5] "A idéia do PAC nas favelas é dar um choque civilizatório" in: Ammora, Dimmi.; Araújo, Vera. Modelo colombiano para ocupação do Alemão. jornal O Globo, 17 de janeiro de 2008

capitalista, mas rompe, ainda que timidamente, em associação com uma política internacional autônoma, com o paradigma orientado pelas instituições financeiras 'multilaterais', imposto pelo Consenso de Washington.

É neste sentido que alguns analistas econômicos consideram que o segmento imobiliário, um dos principais vetores da crise do pólo hegemônico do capitalismo global, em países como o Brasil, assume o papel de vanguarda do que se considera como processo de 'aceleração do crescimento' do país.

O PAC também traz em si, obras de sustentação energética e logística para o 'segmento produtivo' da economia nacional, investimentos na infra-estrutura social e urbana, entre outros, o que também rompe com o paradigma dos modelos tradicionais de 'crescimento econômico' ao afirmar que o desenvolvimento social também está na matriz geratória do desenvolvimento econômico. Além disto, já na primeira costura projetiva, o PAC prevê investimentos com o potencial de colocar o Estatuto das Cidades (Brasil, 2001) na berlinda histórica dos agenciamentos políticos.

Aqui, seria interessante comparar as diferenças político-regionais quanto à territorialização dos investimentos inscritos no PAC, através do Ministério das Cidades – principalmente PAC-Saneamento e PAC-Favelas – e os modelos de participação social que vêm sendo construídos. Porém, na medida em que tal levantamento não cabe nos limites e pretensões deste trabalho, nos propomos aqui a compreender o caso da territorialidade Manguinhos, como âncora analítica de agenciamentos histórico-políticos abrangentes, e sua relação formativa com os atores coletivos locais.

De forma geral, considerando o movimento/manifesto do Fórum Nacional de Reforma Urbana pelo controle social do PAC, ensejado também no âmbito do Conselho Nacional das Cidades, podemos dizer que a luta pela efetividade das perspectivas instituídas no Estatuto das Cidades têm abrangência nacional, o que também inscreve a luta dos atores coletivos de Manguinhos em uma perspectiva mais abrangente que trata da democratização da sociedade brasileira.

O contexto específico não poderia ser mais previsível quanto à atuação dos agentes públicos (Estado e Município) e sua inter-relação com interesses privados, reproduzindo inercialmente o paradigma político hegemônico à revelia e/ou em contradição com o próprio Estatuto das Cidades, muitas vezes.

A apresentação dos projetos detalhados, com o cronograma de intervenções, metas específicas e operacionalização do 'trabalho social', modelo de gestão e controle social, é uma reivindicação recorrente dos atores sociais locais. As comunidades de

Manguinhos não participaram da elaboração dos projetos do PAC, mesmo insistindo, nem foram consultadas, tratadas não como sujeitos da cidadania, mas como ‘beneficiários’ de uma cidadania pré-fabricada.

Ainda na fase anterior à elaboração dos projetos, a comunidade, atenta às novas perspectivas, vinha exigindo acesso aos projetos de intervenção na área. Em diversas audiências públicas, os atores sócio-comunitários de Manguinhos rejeitaram a possibilidade de remoção de moradores e comunidades, recusando, inclusive, a opção pelo pagamento de indenizações, que poderiam gerar outros processos de favelização. E afirmaram que a política habitacional deve priorizar a construção, no local, de novas moradias, qualificando-as enquanto habitações saudáveis (Cohen, 2007).

A oficialização da proposta encaminhada pelo FMSDES para a instituição, na ordem do Estado, do Comitê Intersetorial de Acompanhamento do PAC Manguinhos, ainda em fase de apreciação pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, requer urgência, pois é estratégica para permitir maior participação e controle social, mas também para evitar conflitos de alto potencial de impacto social. O governo do Estado tem uma resistência inconfessa à instituição do Comitê. A proposta de Regimento Interno foi encaminhada aos representantes designados pelo Governo, em janeiro de 2008. Estes fizeram pequenas objeções, aceitas, em prol da instituição deste espaço de participação social. O próprio vice-governador, que, também Secretário de Obras, é o gestor do PAC no Rio de Janeiro, no arranjo institucional de governo, prometeu, em ato na quadra da Escola de Samba Unidos de Manguinhos, em agosto de 2007, a instituição ‘imediata’ deste Comitê. Novas gestões neste sentido vêm sendo feitas. Mas, apesar de não apresentar qualquer justificativa, o Governo do Estado ainda não deu oficialidade ao Comitê.

4. REDES, PROTAGONISMO E INOVAÇÃO SOCIAL INSTITUINTE

O Fórum Social de Manguinhos também possibilitou uma relação mais próxima de construção compartilhada do conhecimento, integrando redes sócio-comunitárias em grupos de trabalho temáticos que contam com a participação de técnicos e pesquisadores, principalmente da Fundação Oswaldo Cruz, para a análise coletiva dos cenários em questão, contribuindo também para a ampliação da área de interação do Fórum com redes abrangentes de reforma urbana, de direitos humanos, etc.

O Grupo de Ações Contínuas Contra a Dengue, por exemplo, surgiu de uma necessidade emergente: o alto índice de casos de dengue na comunidade no verão de 2008. Com o protagonismo da sociedade civil, o Fórum articulou um amplo leque intersetorial de agentes sociais, para a realização, em 14/04/08, do "Dia D de Combate à Dengue em Manguinhos", que mobilizou cerca de duzentas e cinqüenta pessoas em brigadas de por moradores, lideranças comunitárias, voluntários da Fiocruz, equipes de controle de endemias do estado e município, Programa de Saúde da Família, etc.

Nesse dia foram desenvolvidas ações de educação em saúde e em saneamento, inspeção sanitária e ambiental intradomiciliar e peridomiciliar, identificação de potenciais focos, distribuição de panfletos informativos, coleta de larvas para determinação das espécies dos mosquitos, redução das condições que propiciam a formação de criadouros, coleta de resíduos sólidos que acumulam água (lixo branco) e registro de informações, reclamações e proposições dos moradores.

A partir desta abordagem inicial, com foco no combate específico à proliferação da doença, o grupo partiu para a formação política de brigadas comunitárias, de forma a ampliar a capacidade de promoção de direitos e de controle social para além da epidemia, como reforço para a luta pela universalização do saneamento ambiental.

Outro grupo que reuniu a experiência acadêmica da Fiocruz, alunos do Programa de Educação de Jovens e Adultos de Manguinhos e o movimento social local em um processo de pesquisa-ação e construção compartilhada do conhecimento foi o Grupo de Trabalho para a Territorialização dos Direitos Humanos em Manguinhos (GTTDHM). Do diagnóstico construído pelo grupo, ressaltamos aqui um aspecto que julgamos relevante para fins desta análise.

O levantamento detectou uma superposição perversa entre o sistema político-eleitoral tradicional e as perspectivas de construção de espaços de participação social, de cidadania de alta intensidade[6]. Um dos exemplos mais representativos desta superposição trata do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente.

Pelo princípio legiferante, os Conselhos Tutelares foram criados para mobilizar as comunidades e a sociedade, de forma intersetorial, na perspectiva da garantia dos direitos da infância. Mas, a abrangência 'territorial' desterritorializante, a heterogeneidade dos públicos atendidos e a falta de condições de trabalho têm transformado estes órgãos em balcões de 'acesso' ao poder judiciário.

[6] Santos, Boaventura. 2006

O resultado inverte a lógica inscrita no princípio do direito. Ao invés da judicialização do político (estratégia reducionista utilizada como forma de desideologização das questões sociais), o princípio de direito que institui os CTs requeria a politização do jurídico, trazendo a perspectiva dos direitos para o palco das lutas sociais. Mas, o Conselho Tutelar de Ramos, por exemplo, que também atende às comunidades de Manguinhos, tem sua atuação circunscrita a segmentos sociais tão heterogêneos, de um território tão amplo, que acaba por inviabilizar o projeto original de mobilização. A territorialização-adminstrativa dos CTs desconsidera questões étnicas e de classes, o que contribui com o esvaziamento da política pública.

Também identificamos, no levantamento do GTTDHM, 'redes fechadas' que, muitas vezes, se adaptam à lógica hegemônica e que são nocivas a uma perspectiva pluralista. No levantamento feito pelo GTTDHM, notamos que a responsabilidade pela precariedade dos sistemas de saneamento (das redes de água potável, pluvial, de esgotos, coleta de lixo e controle de vetores), principalmente, mas também de iluminação, entre outros, foi atribuída, pela grande maioria dos respondentes, às associações de moradores, designificando estes serviços como serviços públicos, e potencializando um conflito de legitimidade que reduz as associações de moradores à prestação precária de serviços, inviabilizando seu projeto original como espaço de construção coletiva do habitat-comunitário,.

Neste sentido, ganha status acadêmico na década de 90, o que se convencionou chamar de *metodologia condominial*[7], empregada pela Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE), para a administração de seus serviços em áreas favelizadas, principalmente, mas que também inspira projetos de "Correios Comunitários", "Gari Comunitário", entre outros, de oferta precarizada de serviços públicos, em cujas características não nos deteremos aqui, mas cuja 'transitoriedade' atende aos agenciamentos do que podemos chamar de neocoronelismo urbano, moderno-colonial, de (de)formação/coação de currais eleitorais, etc.

A crítica aos modelos tradicionais de representação política, que emerge no Fórum Social de Manguinhos, provoca conflitos, muitas vezes inconfessáveis, entre as formas tradicionais do 'fazer político' em relação a uma proposta organizativa horizontalizada, calcada na participação direta, em relações de confiança e compromisso. Percebemos que a atuação das representações políticas locais vem sendo

[7] Verde, M. C. T. L. 2000 (p. 8-9)

historicamente agenciada, diante da vulnerabilidade política que enseja certo pragmatismo diante do imediatismo requerido pelas necessidades emergentes. Essa vulnerabilidade enseja um processo de apassivamento, diante do qual, é o próprio sistema político-hegemônico quem informa a prática política de grupos socialmente minorizados.

Para os agentes sociais de Manguinhos, também vêm sendo necessário compreender os limites colocados pelos poderes hegemônicos, para evitarmos o linchamento moral de determinadas condutas, mas também para oportunizarmos a vivência de estratégias inovadoras de atuação sócio-comunitária, na perspectiva dos direitos humanos e da participação social.

5. CONTRIBUIÇÕES PARA O MARCO DA EDUCAÇÃO POPULAR

Quais os desafios que se apresentam quando o intento busca promover uma rede de atores sociais em educação como base para a construção de um novo modelo de desenvolvimento na periferia marginalizada do sistema capitalista? Neste sentido, o processo que desenvolvemos no Fórum Social de Manguinhos se revela como construção compartilhada de conhecimento na ação, que vêm produzindo inovações na perspectiva da radicalização da pedagogia de Paulo Freire.

Assim, destacamos as possibilidades de reinscrição e de ampliação do sentido dos conceitos freireanos no âmbito da prática dialética dos atores coletivos. Uma das bases metodológicas de Freire, o que ele chama de ***tema-gerador***, é trabalhado aqui como eixo-transversal que possibilita a construção de uma teia-rede social a construção, em andamento, de um Plano de Cultura de Manguinhos .

Conjuga-se, Paulo Freire, a dinâmicas e fundamentos pedagógicos do construtivismo e da pedagogia da comunicação de Freinet onde também inscrevemos a origem deste desenho/rede que rompe com a perspectiva funcionalista de unidades educativas auto-suficientes, já antevendo a tendência a construção de sistemas/ambientes educativos, onde a própria cultura é objeto de disputa político-econômica pela afirmação dos diversos projetos de nação historicamente constituídos. Neste cenário, o antídoto que trabalhamos trata da subjetivação dos sujeitos do processo educativo, pela promoção de estratégias de auto-gestão do processo pedagógico e pela transgressão do espaço-escolar/laboratorial.

O processo de geração coletiva de tema-geradores compreende:

1. Reconhecer-se como ator coletivo, através das implicações/responsabilidades deste posicionamento no grupo específico, bem como das formas possíveis de relacionamento com os atores/rede(s) envolventes, e também dos limites e possibilidades desta interação;
2. Reconhecer o protagonismo dos movimentos sociais correlativos ao grupo educativo, o que é potencialmente complicado nas dinâmicas degradativas dos ambientes potencializados pela perversão da política e pela própria reificação da educação pela naturalização de um 'projeto civilizatório', que informa um processo de desterritorialização dos profissionais em educação, principalmente em relação aos espaços de educação popular;
3. Capacidade de gerar ambientes propícios para a construção compartilhada de conhecimento/cultura;
4. A oportunidade de geração e promoção de políticas públicas para a garantia de direitos, de forma estratégica/estruturante.

Além de se estruturarem em torno de uma agenda-temática que oportunize um processo sócio-comunitário de cognição ampliada sobre questões sociais em disputa, o que vimos construindo também requer que estas redes estejam formalmente estruturadas de forma a possibilitar o acesso e a participação, gestão e controle social sobre os espaços de formação. Para isso, a educação popular deve ser adjetivada e diferenciada, enquanto crítica, participativa, emancipatória, dialógica e dialética, condições amplamente abordadas pelo educador Paulo Freire.

A presença do PAC na comunidade, por mais contraditória e conflitante que seja, é um momento histórico de reflexão/correção das políticas públicas e um momento estratégico para exigir os direitos humanos e o resgate da esperança e da capacidade de conquista de ambientes e sociedades saudáveis pelos próprios oprimidos, como superação histórica, alcançando a visão promocional da saúde que se dá no ambiente, considerado em suas dimensões física, social, econômica, política e cultural e por conseguinte, objeto não apenas de análise de engenheiros e técnicos, mas principalmente dos sujeitos dos direitos em questão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORA, Dimmi. et ARAÚJO, Vera. **Modelo colombiano para ocupação do Alemão**. O Globo, Rio de Janeiro/Brasil, 17 de janeiro de 2008

BRASIL, Ministério das Cidades. Programa de Aceleração do Crescimento**. Manual de Instruções – Projetos Prioritários de Investimentos (PPI) Intervenções em Favelas**. Brasília: Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, 2007a. 21 p.

_____. **Instruções Específicas para Desenvolvimento de Trabalho Social em Intervenções de Urbanização de Assentamentos Precários**. Programa de Urbanização Regularização e Integração de Assentamentos Precários. Brasília: Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, 2007b. 9 p.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 1991 e 2000**

BRASIL, Lei Federal N. 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

COHEN, S.C. *et al.* **Habitação saudável e ambientes favoráveis à saúde como estratégia de promoção da saúde**. Revista Ciência e Saúde Coletiva. Abrasco: 12(1), 2007. p. 191-198

Manguinhos InformAÇÃO. Boletim da Rede de Informação do Fórum do Movimento Social de Manguinhos.

FERRARO Júnior, L. A. (Org.) **Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília: MMA / Diretoria de Educação Ambiental, 2005. 358 p.

FREINET, Celestin. **Para Uma Escola do Povo.** Ed. Martins Fontes. 3ª ed., 2001. 144p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 44ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005a. 213 p.

_____. **Pedagogia da esperança**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005b. 245p.

_____. **Pedagogia da autonomia**. 29ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. 148p.

Fundação Oswaldo Cruz. Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca. Assessoria de Projetos Sociais (acessado em 25 de julho de 2008). Disponível em: http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/responsabilidade-social.

LOUREIRO, C. F. B. (Org.) **A questão ambiental no pensamento crítico – Natureza, Trabalho e Educação**. 1 ed. Rio de Janeiro: Quartet, 2007. 256 p.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2006. 75 p.Rio de Janeiro - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão. Plano Plurianual 2008/2011. Rio de Janeiro; SEPLAG, 2008. 625 p.

SANTOS, Boaventura Souza. **A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política**. Ed. Cortez, 2006. 512p.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia de; SILVEIRA, Maria Laura. **Território, Globalização e Fragmentação.** Ed. Hucitec. São Paulo, 1994.

SOUZA, C. M. N.; FREITAS, C. M.de. **O Saneamento na ótica de profissionais de saneamento-saúde-ambiente: promoção da saúde ou prevenção de doenças?** Revista Engenharia Sanitária e Ambiental. Rio de Janeiro: ABES, março 2008. p. 46-53.

VERDE, M. C. T. L. 2000 et LIMA, Orlando de Melo. **Saneamento Básico em Comunidades de Baixa Renda do Estado do Rio de Janeiro – Aspectos Institucionais e Gerenciais.** Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES). In. XXVII Congresso Interamericano de Engenharia Sanitária e Ambiental. Porto Alegre, dezembro 2000. p. 17